

“Era um pequeno sindicato”: o enquadramento da memória sobre o movimento operário na Ditadura Civil-Militar (Novo Hamburgo/RS, 1964-1986)¹

Evandro Machado Luciano*

Introdução

No final de 1968, durante a eleição trienal para a direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo² (STIC-NH), um boato teria surgido entre os operários: a chapa de oposição seria composta por membros do Partido Comunista. Durante o evento de escrutínio, os supostos subversivos teriam sido denunciados, anonimamente, ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Segundo a memória de sindicalistas locais, os “comunistas” teriam escapado. Não foram presos, mas precisaram se esconder em outros municípios por alguns poucos anos, visto que passaram a ser perseguidos

¹ O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de mestrado do autor (Luciano, 2019). O texto apresentado aqui é inédito e suas hipóteses foram testadas e defendidas em outros espaços acadêmicos.

² Município gaúcho, localizado a 50 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Atualmente, Novo Hamburgo tem cerca de 250 mil habitantes e um patrimônio industrial extenso, fruto de uma trajetória histórica que conta com o fortalecimento do setor coureiro-calçadista. Martins (2011) comprovou que o município fez parte de um sistema integrado de produção para a indústria do calçado, contribuindo com a administração de várias fábricas que se espalharam pela Região do Vale do Rio dos Sinos (espaço geográfico localizado na região metropolitana).

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor titular de História no Instituto Educacional Dimensão (Guaíba-/RS). E-mail: lucianomachadoevandro@gmail.com.

em Novo Hamburgo. Dois deles são especialmente importantes para os fins deste texto. Seus nomes eram Néelson Gautério de Sá e Antônio Bernardino de Souza, este conhecido entre os operários e operárias pela alcunha de “Rancheirinho”.

O conto acima adquiriu peso significativo entre um grupo de sindicalistas que ascendeu ao STIC-NH na segunda metade da década de 1980. Todavia, os depoentes que narraram esse acontecimento foram incorporados ao movimento operário hamburguense quinze anos após a suposta tentativa de prisão.

A leitora e o leitor irão se deparar com as falas de quatro sindicalistas: Carlos (Betinho), Claudio, Éderson e Gilnei. Todos homens, brancos, operários e, em algum momento, dirigentes sindicais em Novo Hamburgo. Éderson e Claudio permaneciam, até o momento da entrevista, como dirigentes do STIC-NH. Betinho não só dirigiu o sindicato por alguns anos, como, já na década de 2000, foi eleito para vereador do município. Gilnei, ao contrário dos anteriores, trabalhou por poucos anos na indústria do calçado, mas foi fundamental para a elaboração deste texto. Suas lembranças, atreladas ao acervo documental que guarda, forneceram-lhe um estatuto extraoficial de “guardião da memória” sindical hamburguense.

Além do caso de 1968, esses entrevistados lembraram de outros momentos de um sindicato que não acessaram. E, quando se referiram a entidade, utilizaram a palavra “assistencialista”.

Neste artigo, será discutido o peso semântico na evocação do termo “assistencialismo” para designar sindicalistas no período da ditadura civil-militar. Pretende-se compreender como a alcunha de “assistencialistas” atendeu aos interesses políticos dos “novos” sindicalistas hamburguenses. Apesar de vinculada a uma localidade específica – um município industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre – defende-se que a memória sindical hamburguense permite refletir sobre aspectos da memória nacional a respeito do movimento operário daquele período, somando-se a outros estudos regionais e nacionais.

Argumenta-se que ocorreu um enquadramento da memória (Pollak, 1989; Rouso, 2016), atribuindo, ao sindicalismo pré-1979, um quadro de derrotas e de má utilização das entidades sindicais. Por “enquadramento”, entende-se a valorização de certos acontecimentos ou processos por parte de uma entidade, associação, nação, etc. – neste caso, do sindicato (Pollak, 1989). No estudo desenvolvido aqui, o enquadramento transcende a uma ou a outra localidade. Antes, ele diz respeito a uma narrativa construída na experiência de operários/as na década de 1980 e consolidada nas décadas seguintes no Brasil.

Como o “novo sindicalismo” conquistou vitórias para a classe trabalhadora, principalmente nos campos político e social, sua hegemonia consolidou uma falsa impressão de que, no final da década de 1960 e durante os anos 1970, houve

pouca ou nenhuma resistência por parte dos/as trabalhadores/as. A suposta apatia estaria vinculada à inexistência de um movimento operário combativo. Pelo contrário, essa resistência era experimentada no cotidiano: nas associações de bairro, nos clubes de futebol, nas sociedades esportivas e carnavalescas, nas pequenas paralisações e atividades de sabotagem de máquinas e, mesmo, em algumas ações organizadas por sindicatos, ainda que estas em menor quantidade.

Deste modo, o período histórico delimitado para a análise inicia em 1964, por ser o marco inicial de uma série de narrativas sobre o sindicalismo “antigo” na localidade enfocada, mas também pela ruptura constitucional protagonizada por empresários e militares. Aliando-se aos estudos recentes (Corrêa, 2017; Nagasava, 2018), está sendo proposta a reflexão sobre esse período que marcou uma série de reveses à classe trabalhadora brasileira. O recorte temporal estende-se até 1986, ano em que as estruturas políticas do sindicato hamburguense foram alteradas e o grupo de dirigentes sindicais filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) ascendeu à direção executiva do STIC-NH.

Além dos quatro sindicalistas citados anteriormente, serão apresentados trechos de duas entrevistas realizadas com ex-trabalhadores do calçado: Alba, mulher, branca, que trabalhou como costureira em Novo Hamburgo nas décadas de 1970, 80 e 90, e Celomar, homem, negro, sapateiro na década de 1970, empresário no período posterior e hoje, aposentado.³ Este texto também lança mão de outras fontes, como o periódico diário de maior circulação local à época, o *Jornal NH*, além de fotografias presentes em acervos particulares da entidade trabalhista em questão.

O artigo está dividido entre três partes. Primeiramente, será apresentada uma discussão sobre a memória dos “novos sindicalistas” a respeito dos dirigentes hamburguenses da década de 1970. Nessa seção, serão analisados trechos das entrevistas de Betinho, Claudio, Éderson e Gilnei. Posteriormente, serão apresentadas evidências que indicam formações de redes de classe, ainda na década de 1970, e indicativos que tensionam o argumento do “assistencialismo” sindical como atividade ilegítima ou distante dos interesses da classe operária. Nesse momento, serão analisados trechos de entrevistas com Alba e Celomar. Por fim, será discutido o processo de transição desses grupos políticos na cúpula sindical, buscando entender as relações estabelecidas com outras lideranças nacionais e regionais.

³ Frisa-se que os seis entrevistados presentes neste texto tiveram seus depoimentos colhidos durante a elaboração da dissertação do autor. O método utilizado para produção de roteiro, gravação, transcrição e as demais ações práticas e éticas necessárias para um trabalho do gênero, seguiram as diretrizes propostas por Alberti (2005) e Amado e Ferreira (2016). O contato realizado entre os entrevistados e o autor se estabeleceu durante o trabalho de pesquisa, já concluído (Luciano, 2019). Nestes termos, cabe pontuar que as falas dos depoentes estavam circunscritas, desde então, a questionamentos do autor sobre o STIC-NH.

A memória enquadrada e o movimento sindical hamburguense

Em 1961, durante o I Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, ocorrido em São Paulo (SP), tomou forma uma organização sindical anticomunista que agregava, entre seus líderes, antigos membros do partido União Democrática Nacional (UDN) e do Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST). Denominada Movimento Sindical Democrático (MSD), a organização de caráter conservador tentou atuar em diferentes frentes sindicais em todo o país (Rodrigues, 1968). Em termos nacionais, o MSD teve participação reduzida nas decisões políticas e pouca influência na maior parte dos sindicatos. Contudo, foi no Rio Grande do Sul que conseguiu desenvolver, de forma mais exitosa, um programa de desestabilização dos dirigentes sindicais trabalhistas, angariando entidades de municípios do interior do estado. Em Novo Hamburgo, o ex-líder sindical, Rudor Blumm,⁴ filiou-se ao MSD ainda no início daquela década.

A relação do MSD com o STIC-NH é importante para os fins desta análise. Durante a entrevista de Éderson, o narrador comentou:

[Éderson] – Quando a gente [CUT] chegou aqui [1986], o Claudio [viu que] tinha as fotos do Getúlio [Vargas] né...

[Evandro] – Tinha as fotos do Getúlio aqui no sindicato?

[Éderson] – Tinha, tinha! Por que aqui tinha uma linha getulista né, de esquerda, entre aspas, pra época, e quando deu o golpe [1964], sim, quando deu o golpe os caras tiveram que esconder tudo que tinha que se identificava com alguma coisa do trabalhismo ou de esquerda né, coisa do “comunismo”. (Éderson Rodrigues, 2015).

A memória de Éderson vinculou os dirigentes sindicais ao trabalhismo pelo fato de terem encontrado uma imagem do ex-presidente Getúlio Vargas nos porões da sede da entidade. É importante assinalar que nem mesmo Éderson estava presente no momento desse fato – quando diz “a gente”, refere-se a seu grupo político. Esse acontecimento, que não foi possível comprovar com documentação, possibilita interpretações relevantes para os fins desta análise.

No ano do golpe civil-militar, a direção sindical era protagonizada por membros do MSD – como o presidente Norci Rosa (Saul, 1982). Norci

⁴ Rudor Blumm viria a se tornar Ministro Classista entre 1972 e 1975. Este cargo, segundo o Artigo 133 da Constituição de 1967, era parcialmente preenchido por seis representantes civis, escolhidos pelo “Presidente” da República.

permaneceu na entidade até 1968, quando Orlando Müller assumiu o cargo e só o deixou em 1986.

Müller não pode ser caracterizado como líder anticomunista. Tampouco apresentou interesses socialistas ao longo de sua trajetória. Iniciou no mundo do trabalho em 1945, com 13 anos de idade, e sua história de vida é semelhante a de meninos brancos e pobres daquela época e região.⁵ Ingressou no movimento sindical em 1960, durante o mandato de um trabalhista, Alcides Rosa (Saul, 1982), porém, permaneceu no sindicato durante a gestão de simpatizantes ao MSD. Quando assumiu a presidência, em 1968, Orlando estava diante de um duelo político. É válido aferir que a denúncia realizada contra os personagens rememorados na introdução deste texto – Néelson de Sá e Rancheirinho – tenha sido feita por militantes do MSD. Sendo Orlando ou não correligionário, ele participava da gestão do sindicato naquele momento. E o quadro de Getúlio Vargas continuava presente na sede da entidade.

Em 1968, diversos sindicatos do país sofreram intervenções. Mattos (1998) chega a afirmar que, ainda no imediato pós-golpe, mais de 400 entidades foram violentadas por meio de intervenções. No entanto, o STIC-NH não foi atingido por esse mecanismo de controle, já que a direção estava nas mãos de operários aliados ao regime que viria a se consolidar. E mesmo assim, com evidências indicando uma presença política que afastasse membros do trabalhismo, a memória de Éderson retoma este ponto: “aqui tinha uma linha getulista” (Éderson Rodrigues, 2015).

De acordo com Gomes e D’Araújo (1989, p. 75), o “getulismo”, evocado por Éderson, “não pode ser definido por um conjunto de ideias preciso”. Entretanto, é um termo que faz “referência à liderança pessoal de Vargas”, e portanto, a uma ideia que vincula o sindicato ao Estado. O fato de Éderson lembrar de um sindicato que não efetivamente vivenciou e associar a direção de 1964-68 ao getulismo, nos condiciona a pensar que havia certa predisposição a encarar a administração sindical dentro de uma tendência varguista.

Cabe assinalar que, durante a década de 1980 (período em que a imagem de Vargas teria sido encontrada por Claudio), o getulismo era um conceito antagônico aos dos “novos sindicalistas”. Nas palavras de Sader:

Pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações

⁵ As informações sobre Orlando Müller podem ser conferidas na Lei Municipal n° 76/96, que institui “a Rua 25 do loteamento Vila Torres” como “Rua Orlando Müller”, na seção “histórico”. Este é um dos raros documentos publicamente disponíveis sobre sua trajetória de vida. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/04793ca7-81fc-4ba6-8546-afb9d3063001/Ruas%20e%20pra%C3%A7as%20Novo%20Hambrugo%20-%20quem%20%C3%A9%20quem.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945. (Sader, 1991, p. 36).

Ao transcrever suas impressões sobre a efervescência política dos movimentos sindicais no final da década de 1970, o autor afirma que estes eram contrários ao “tipo de expressão” populista. Ainda que, como afirmam Gomes e D’Araújo (1989), populismo, getulismo e trabalhismo tenham definições distintas e signifiquem conceitualmente expressões políticas diferentes; no senso comum os termos parecem confluir para uma noção embaçada, que recai na figura de Getúlio Vargas. No caso do sindicalismo, esses conceitos remontam a uma estrutura sindical ligada ao Estado. Sugere-se que a memória de Éderson corrobora uma característica populista do STIC-NH. E desse modo, sua lembrança diz “menos sobre eventos do que sobre significados” (Portelli, 1997, p. 31).

Betinho foi questionado sobre os posicionamentos políticos do sindicato na década de 1970. Sem afirmar categoricamente o aspecto getulista, ele chamou atenção para a relação entre o movimento operário, o Estado e o regime. De acordo com a memória de Betinho:

Na época da ditadura tinha muito sindicato. Como não fazia, não poderia fazer movimentos políticos, né, aí se investiam em outras ações. Por exemplo, os sindicatos, eles tinham muito um assistencialismo muito grande pra sua categoria. Porque como não podia fazer a política, questionar o governo, coisa e tal, por causa de prisão, e essas coisas assim, e aí se investia na questão de lazer. Além do assistencialismo que tinha nos sindicatos [através de] dentistas, advogados, médicos. [algo que] hoje está nas costas dos estados, né. (Carlos Koch, 2016).

O ex-dirigente sindical se refere ao aspecto assistencial do STIC-NH como uma compensação pela falta de liberdade política. Em sua memória, o MSD não está presente nem de passagem. Outrossim, a narrativa permite a compreensão de que os sindicatos – no plural – praticavam ações interpretadas como “assistencialistas” porque elas revelavam uma tentativa de cumprir com o que deveria ser o papel do sindicato, na interpretação do depoente. Ademais, essas atividades “assistencialistas” estavam legitimadas pela legislação vigente desde o primeiro governo varguista. Nestes termos, ter uma ou outra abordagem em relação à categoria não era uma opção política, mas uma limitação imposta pelo regime e pelo próprio Estado.

Ainda é possível perceber que a concepção de Betinho a respeito do

movimento operário é oposta “ao sindicato que a ditadura queria”, fazendo referência ao recente texto de Nagasava (2018). O sindicato deveria ser combativo e vinculado à classe de modo mais próximo, como ele mesmo comentou mais adiante. Nas palavras de Betinho:

[Evandro] – Você lembra o que tinha nos boletins sindicais?

[Betinho] – Ah, batido à máquina: “convido para a assembleia dia tal, hora tal”...

[Evandro] – Nunca uma reivindicação por alguma coisa?

[Betinho] – Não. Pauta, não. Só me convidavam pra ir pra assembleia. Nunca faziam boletim ou alguma coisa assim. Aquilo me chamava a atenção. Eu sei que, quando eu trabalhava na Superly [Garoty, Fábrica de Calçados local] tinha um cara que era... [pausa], que eu conhecia ele, ele era diretor do sindicato. Mas ele nunca chegava pra mim e dizia 'olha, vai ter assembleia, vamos discutir nosso salário'. Nunca. Nunca. Nunca. (Carlos Koch, 2016).

O elemento que inconformou o entrevistado foi o fato de não existir uma relação explicitamente política entre direção sindical e categoria de trabalhadores e trabalhadoras do calçado.

No mesmo período em que essa entrevista foi realizada, o autor deste artigo contou com a participação e as lembranças de Claudio. Segundo esse entrevistado, “o sindicato aqui na época [era] parado, a posição da diretoria era uma diretoria parada; quando dava greve era aquela coisa do espontaneísmo, aí eles tinham que ir lá e administrar” (Claudio Andrade, 2017). A fala de Gilnei, também sindicalista nos anos 1980, foi na mesma direção. Ao ser questionado sobre lembranças do sindicato durante a década de 1970, Gilnei comentou:

[Evandro] – E desse antigo sindicato, o que mudou quando vocês entraram?

[Gilnei] – A minha lembrança do sindicato lá quando eu participei é muito pequena. *Era um pequeno sindicato*, não deu pra ter uma percepção mais clara do que era. O sindicato naquele momento era um local em que tu ia procurando algum benefício, algum tipo de atendimento, algumas, era mais ligado à assistência. Pelo menos no início da minha vida profissional não tinha muito essa vinculação. *A nossa discussão que dizia como é que o sindicato devia ser*. (Gilnei Andrade, 2016, grifos nossos).

Para analisar esse excerto e todos os outros, vale lembrar que Pollak (1992) apresenta uma distinção entre dois tipos de acontecimentos rememorados: os “vivididos pessoalmente” e os “vivididos por tabela”. No primeiro tipo, são incorporados fenômenos individuais ou coletivos que foram presenciados pelos

sujeitos que lembram. Já os acontecimentos que não foram, de fato, experienciados por aquele que conta a narrativa, estão no segundo tipo. Na memória de Gilnei, “podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992, p.202), já que ele não vivenciou a administração sindical ou a necessidade de recorrer à entidade em nenhum momento daquele período. Mesmo assim, entre uma “memória herdada” e uma “memória por tabela”, o entrevistado forneceu aspectos relevantes para a análise proposta neste texto.

Ao mencionar que “a nossa discussão dizia como é que o sindicato devia ser”, Gilnei estabeleceu uma distinção de ordem estrutural nos papéis que o movimento operário organizado deveria ou não desempenhar. Em sua perspectiva, a centralidade da pauta do STIC-NH estava na assistência à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Esse argumento torna-se palpável na medida em que avançamos na narrativa de Gilnei. Em seguida, sua fala elaborou uma diferenciação entre “situações de resistência” e as pautas beneficentes, supracitadas. Nas palavras de Gilnei:

Nesse período - isso já é mais anos 80. Tu tem situações de resistência dentro da fábrica, tu tem situações de empregado tocando a produção enquanto a justiça tá julgando, mas tu tem cooperativas de trabalhadores tocando e o juiz autorizando a produzir na empresa até que se defina o processo. (Gilnei Andrade, 2016).

Sabe-se que o movimento sindical do período tentou impedir ou dificultar o acesso de outros operários à disputa pela direção, mas isso não significava que houvesse apatia social nas fábricas. No entanto, o modo como algumas lembranças até aqui transcritas silenciam tais conflitos intrafábrica, deixa transparecer uma relação estreita entre sindicato e categoria. Parecem vincular a apatia do sindicato – lembrado como apenas “ligado à assistência”, e tendo nessa sentença um aspecto negativo – a uma possível falta de ação da categoria. Esse quadro só teria mudado quando, já na década de 1980, uma nova “época” de abertura política e sindical acontecia.

Se anteriormente a memória de Gilnei caracterizou aquela entidade como um “pequeno sindicato”, agora ele lembra de uma infraestrutura grande, com muitas salas e serviços assistenciais de grande impacto. De acordo com Gilnei:

O sindicato de calçado era um sistema vinculado ao sistema de saúde da época, com vários profissionais da área da saúde atendendo, com vários gabinetes odontológicos, vários gabinetes médicos, com ambulância, uma estrutura assistencial e de saúde grande pra época, maior que a do município, com certeza. [...] A indústria, em Novo Hamburgo, nunca se preocupou

com habitação, nunca deram casa pra trabalhador morar. (Gilnei Andrade, 2016).

É oportuno frisar que, na memória de Gilnei, não faltam exemplos de como o STIC-NH cumpria um papel importante na manutenção da saúde de operários e operárias hamburguenses: “[...] vários gabinetes odontológicos, vários gabinetes médicos, com ambulância [...] maior que a do município, com certeza”.

Quando questionado sobre a relação entre os sindicalistas e a Câmara de Vereadores do município, ainda sustentando o enquadramento anterior, Gilnei comentou:

[Evandro] – Os advogados trabalhistas e sindicatos tinham envolvimento político ou não?

[Gilnei] – Tinham, ligados àquela visão do assistencialismo. O sindicato elegeu vereadores, elegeu dirigentes, mas todos naquela visão da harmonia de classes. [...] Adalberto Martins é um secretário do sindicato que foi vereador, Wilson Korbi é advogado do sindicato que foi vereador (mas é do patronal), mas enfim, eles vão ter uma visão política que é a visão predominante na cidade. (Gilnei Andrade, 2016).

Parece haver uma questão de interpretação relativamente complexa no que concerne às alterações sindicais exigidas pela Ditadura Civil-Militar. O estudo de Nagasava (2018) foi muito seguro ao propor uma reflexão sobre as mudanças estruturais das intervenções realizadas, não apenas em determinados sindicatos, mas na própria organização do Ministério do Trabalho. E, nesse sentido, cabe sinalizar que o papel político dos sindicatos foi, de fato, uma pauta importante para o referido ministério.

Dentre as mudanças relevantes do Ministério do Trabalho, Nagasava (2018., p. 188) destacou a demissão de “contadores e profissionais especializados em entender as complexas fórmulas de reajuste salarial e o aumento de causas sobre esse tema”, e os próprios chefes da pasta, a depender dos interesses da ditadura – como foi o caso do ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Pietro (1974-1979), de origem gaúcha e que cresceu como empreendedor no ramo calçadista, estabelecendo relações comerciais com empresários do Vale do Rio dos Sinos.

As transições de cargos revelam, como a referida autora mostrou, um debate institucional sobre qual deveria ser a função dos sindicatos durante o regime ditatorial. E foi no giro de significados que a ditadura apostou. Se havia uma tradição varguista no movimento operário e no Ministério do Trabalho até pelo menos 1964, houve uma tentativa da administração militar em dissociar

o termo “sindicato” do Estado. De acordo com o que afirma Santana (2008), os sindicatos sofreram uma intervenção simbólica também. Em seus termos:

Por não se propor a manter relações próximas aos sindicatos e relegando esses ao papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado corta o canal de acesso em termos políticos que os sindicatos vinham tendo no período anterior e reforça a lógica assistencial naquelas entidades. Com isso, não se visa propriamente o enfraquecimento dos sindicatos; antes, busca-se dar-lhes outro tipo de força. A ideia era fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social. Não é por acaso, portanto, que por meio dos dirigentes impostos aos sindicatos, visou-se tornar atrativa a filiação aos sindicatos, fornecendo mais benesses dos que as já dispostas na CLT. (Santana, 2008, p. 282).

Foi através da aproximação de interesses que a administração militar trabalhou com a organização de trabalhadores/as. Distanciando-os do Estado através do discurso, mas intensificando suas ações de assistência jurídica e à saúde. É compreensível que os narradores lembrem daqueles sindicatos como “assistencialistas”, já que, de fato, a assistência à saúde era o elemento central da política sindical nas décadas de 1960 e 1970.

Alguns indicativos nos conduzem a elaborar a imagem de um sindicato que priorizava a assistência social, partindo do território elencado para análise. De acordo com matéria veiculada no periódico local, duzentos e cinquenta mil cruzeiros foram destinados ao STIC-NH pelo Ministério do Trabalho, em 1974. O destino dessa verba deveria ser a compra de aparelhos odontológicos e médicos, conforme matéria do periódico local (Duzentos..., 1974). Aquele também foi o ano em que a entidade contratou uma dúzia de profissionais da medicina.

Portanto, parece justo com aqueles que colaboraram para a pesquisa, pontuar que suas lembranças não fazem parte de uma elucubração livre ou focada apenas em desestabilizar a memória de seus antecessores. Pelo contrário, elas coadunam com o subobjeto deste texto, qual seja, compreender o “enquadramento da memória” que inseriu os sindicatos pré-79 no terreno do “assistencialismo” – sendo este, uma característica negativa pela ótica do “novo sindicalismo”.

A experiência operária e o acesso de trabalhadores/as ao STIC-NH

Observando a memória de ex-operários da indústria do calçado, a forma

como lembraram do referido sindicato parece diferir do enquadramento dado pelos “novos sindicalistas”. Por exemplo, veja-se a fala da costureira Alba, apresentada na introdução deste artigo:

Eu consultei lá [no sindicato], algumas vezes. Eu nunca fui assim, como eu te disse eu tive boas relações com meus chefes e com meus patrões. Podia até não gostar da pessoa, mas como chefe, eu respeitava. [...] E daí eu nunca tinha motivos pra acusar alguém do sindicato, pra fazer uma denúncia. Eu ia na época pra consultar sim, na época do Orlando, antes de entrar a CUT, era o Orlando por muitos anos. Ia lá fazer uma consulta, dentista às vezes. (Alba Kayser, 2018).

De acordo com o excerto, Alba parece não ignorar uma parte das disputas políticas existentes na cúpula sindical. Para a depoente, o STIC-NH funcionava como uma estrutura de assistência: “ia lá fazer uma consulta”. Para outro entrevistado, Celomar, trabalhador do calçado, a imagem do sindicato é desenhada positivamente. Nas palavras de Celomar:

Você falou antes em sindicato, né? Fui associado do sindicato, sempre fui muito bem atendido, tinha médico, tinha tudo... Porque meu pai me disse assim: 'o sindicato é muito bom pra nós'. Segui o exemplo do meu pai, o sindicato é muito bom nessa assistência, aí. (Celomar da Silva, 2017).

É evidente o contraste entre as lembranças destes entrevistados e as dos sindicalistas citados anteriormente. Na visão dos “novos”, a administração de Orlando Müller era “parada”, “pouco atuante” e “assistencialista”. Para pelo menos outros dois operários ouvidos aqui, há uma tensão nesse discurso. Ser “bem atendido”, ir à sede da entidade “para consultar” é motivo de rememoração positiva por parte desses trabalhadores que experienciaram a administração de Orlando Müller. O argumento defendido neste texto é o de que há uma permanência histórica para os/as trabalhadores/as que os/as insere em uma condição de insegurança frente ao capital. Essa insegurança favorece a presença de movimentos assistenciais contínuos e de organizações com base nos interesses comuns da classe trabalhadora, fora do ambiente sindical. Savage (2004, p. 33) atrelou à relação de insegurança o termo “estrutural”, pois “essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária”. As “pressões” podem ser facilmente identificadas no período aqui analisado: a ausência de um sistema de saúde público e universal, os arrochos salariais, a repressão política, etc.

No caso hamburguense, assim como o de outras cidades da região

metropolitana de Porto Alegre (Weber, 2004), em que milhares de trabalhadores/as migraram pelo esvaziamento de demanda agrícola no interior do estado e a alta demanda nas cidades industriais, a insegurança é perceptível. A solução parece ter sido encontrada na “formação de cooperativas” e de “redes de apoio nas vizinhanças”. Mas cabe afirmar que o STIC-NH foi entendido por alguns desses trabalhadores e dessas trabalhadoras como espaço de acolhimento de resistência em algumas searas, como a da assistência à saúde.

Comparando os elementos centrais das lembranças presentes na fala dos dirigentes e dos outros trabalhadores, nota-se uma distância de significados. Para estes, o sindicato “é muito bom pra nós”. E é por este motivo que se torna necessária uma averiguação do termo “assistencialista” nas narrativas sindicais atuais.

Ao distinguir o termo “assistencialismo” da expressão “assistência sindical”, compreende-se que o primeiro funciona como chave narrativa para diminuir a função política do sindicato. Ao mesmo tempo, também incorre em uma diminuição da força política da própria categoria, vista como passiva na relação. Todavia, a expressão “assistência sindical” abarca outra interpretação: de que esta era uma das funções, a mais preponderante do sindicato. Nesta perspectiva, a assistência que não reduziria a entidade à mera apatia política, posto que a categoria não deixou de protagonizar o conflito de classes naquele período.

Ressalte-se, entretanto, o papel pouco atuante do sindicato na formação de redes de assistência habitacional. Luciano (2019) constatou que, entre 1974 e 1979, 72% da mão de obra do calçado de Novo Hamburgo tinha origem em outros municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na cidade analisada aqui, o termo “El Dorado” foi utilizado para representar aos migrantes uma possibilidade de crescimento econômico, por conta das muitas vagas na produção calçadista (Nunes, 2009), ainda que alguns também chamassem de “Manchester Brasileira” (Nunes et al., 2013, p. 26).

Em meados dos anos 1970, a preocupação com o plano habitacional na região metropolitana vinculava-se com o crescimento industrial gaúcho. Em Novo Hamburgo, essa era uma pauta levantada por empresários. O presidente do Sindicato da Indústria de Calçados de Novo Hamburgo (SIC-NH), Níveo Friedrich (1974-1987), disse, em pronunciamento veiculado no *Jornal NH* de 12 de setembro de 1975, que “a falta de moradias [tornou-se o] maior entrave ao desenvolvimento da nossa indústria” (FRIEDRICH..., 1975). No silenciamento estatal em relação às iniciativas habitacionais, organizações de solidariedade de classe foram se constituindo. Alteração percebida institucionalmente em 1974: durante a eleição municipal, um dos principais candidatos à vereança hamburguense pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era Antônio Salonides Paz, conhecido como “Nidi”.

Nidi foi responsável por organizar uma campanha de ocupação do território público hamburguense, às margens da Rodovia Estadual RS 239, extremo norte do município. A estrada era utilizada pelos milhares de operários e operárias que migravam em direção à região. Casualmente ou não, o vereador aliou-se a Néelson Gautério de Sá, personagem do caso de 1968, narrado no início deste texto.

Aos poucos, o movimento pela moradia digna em Novo Hamburgo foi aglutinando interesses comuns de operários/as que buscavam a sobrevivência na indústria. O crescimento desse movimento influenciou os acontecimentos do final da década, mas não foi o único.

O futebol operário também influenciou na organização das redes de solidariedade de classe nas décadas de 1960 e 1970. Na primeira parte deste artigo, Betinho explicou como o futebol fazia parte de uma estrutura de lazer dos operários/as do calçado. Mas era mais do que isso. Nas palavras de Betinho:

É que na época tinha o campeonato do Sesi, organizado pelo Sesi, na época da Ditadura ainda. Como tu não podia se organizar pra reivindicar salário, tu jogava futebol. Era isso. E o Sesi cumpria esse papel, que é o do social. Quando começa lá no início dos anos 80, que tu sai das grandes greves, é disso. Eles te enxergam como uma liderança que vai conseguir organizar os trabalhadores. (Carlos Koch, 2016).

O “campeonato do SESI”, apontado por Betinho, era organizado anualmente, com o objetivo institucional de “congraçamento dos trabalhadores das mais diferentes indústrias do Rio Grande do Sul” (Torresini, 2016, p. 75). Junto a esse campeonato, outros tantos eram disputados na *várzea*, em jogos amadores que mobilizavam clubes dos bairros hamburguenses.

Segundo Prodanov e Moser (2013), a identidade hamburguense foi sendo construída ao lado de associações desportivas. Clubes de tiro, de canto e de esportes eram a base para a organização civil. O caso do clube profissional do município, o Esporte Clube Novo Hamburgo, é exemplar, formado a partir operários do calçado. A Sociedade Cruzeiro do Sul, criada na década de 1960 como forma de fortalecimento da resistência negra hamburguense, também teve origens como uma equipe de futebol (Magalhães, 2017). Na década de 1970, vários clubes surgiram junto com o aumento demográfico do município.

Assim como o Movimento pela Habitação, ou mesmo as associações de bairro, muito presentes nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, os clubes de futebol pareciam expressar um desejo de participação na vida pública a partir de sentimentos de pertencimento classista. Os interesses eram comuns, os desafios também. E, no entanto, nenhuma dessas dimensões da vida de trabalhadoras e trabalhadores parecem ter sido experimentadas dentro do STIC-NH.

Ruptura ou transição? O sindicalismo hamburguense entre 1979 e 1986

A partir de 1979, e do movimento protagonizado por sindicalistas da região do ABC Paulista desde o ano anterior, instaurou-se um clima de efervescência política que influenciou outras manifestações pelo país, inclusive o município de Novo Hamburgo. Neste caso, os resultados daquela explosão paredista parecem ter sido sintetizados em uma imagem, apresentada abaixo.



Imagem 1 – Encontro no STIC-NH (1983)
Fonte: Acervo particular de Gilnei Andrade.⁶

Na fotografia encontram-se figuras consagradas nacionalmente pelo movimento conhecido por “novo sindicalismo”, como Luís Inácio da Silva, o Lula, Jacó Bittar e Olívio Dutra. Ao lado dessas referências sindicais, estão líderes operários que comandavam o STIC-NH no final da década de 1960, durante toda a década de 1970 e no início de 1980 – o presidente Orlando Müller e o diretor Edson Mattos. Esse encontro foi registrado por uma campanha de 1983, no processo de formação da CUT. Nesse mesmo ato, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, ainda sob a direção de Orlando Müller, foi filiado à recém-fundada CUT. Apesar de aparentemente contraditório, este fato elucidou o processo de transição pelo qual o referido sindicato passou.

Claudio, ex-sindicalista que estava na direção que assumiu o STIC-NH

⁶ Em pé, da esquerda para a direita: Edson Mattos, Milton Rosa, Maria Ledi Bobsin, Eloina Lopes de Sá, Gilnei Andrade, Jacó Bittar, Inácio Fritzen, Jair Menegheli, Polidoro Pacheco (Bahia), Orlando Müller, Antônio Paz (Nidi). Sentados: Nelson de Sá, Olívio Dutra, Luís Inácio “Lula” da Silva, Paulo Haubert.

em 1986, pode favorecer uma melhor compreensão. Ao comentar suas primeiras ações no sindicato, ainda como delegado sindical, o entrevistado disse:

Bom, nós queríamos aprender e queremos que alguém nos ensine. Aí ficou instituído alguns cursos dentro do próprio sindicato. Questões básicas, 13º [salário], essas coisas, bem feijão com arroz. E boa parte de nós tinha por mania andar com papelzinho e caneta. Aí alguém perguntava alguma coisa, anotava e a gente dizia - amanhã te dou a resposta. Aí final do expediente passava aqui [no sindicato], perguntava pra um dos diretores como é que fazia aquilo, anotava, e no outro dia levava pra fábrica. E foi onde a gente aprendeu, e na verdade começou a se formar uma outra base, mais politizada. (Claudio Andrade, 2017).

Claudio fornece informações que nos induzem a pensar a formação política e técnica desse grupo de sindicalistas. Em outro contexto, Araújo (2011) dialoga com Sidnei Soares, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba (SP) entre 1969 e 1983. Sua narrativa lembra um pouco a memória de Claudio.

Envolvido com um contexto de sindicatos cooptados e vigiados pelo regime ditatorial, Sidnei afirmou que sua “ideia [era] trazer jovens para o sindicato”. Segundo ele, a maior parte das lideranças que surgiram posteriormente no cenário local, “agregou novos nomes ao grupo. *Fez cursos de sindicalismo*. Pesquisou e leu muito sobre a realidade brasileira e internacional” (Araújo, 2011, p. 65-70, grifo nosso). É provável que, na possibilidade de novas lideranças jovens surgirem, no final da década de 1970, algumas entidades buscassem formar quadros políticos alinhados aos seus espectros ideológicos e às suas estratégias de mobilização sindical. O resultado foi uma aproximação gradual entre dois grupos distintos.

Também é possível levantar os motivos para uma união simbólica entre “novos” e “antigos” sindicalistas a partir dos posicionamentos de Orlando Müller, presidente do STIC-NH entre 1968 e 1986. Até meados dos anos 1970, sua relação política foi confusa. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, logo em seguida, desfilou-se para se aproximar do MDB, voltando atrás; tudo em um período de duas semanas (Orlando..., 1976). Aquele período também representou para o sapateiro uma possibilidade de costurar alianças com empresários locais e com os trabalhadores, numa tentativa de unir-se aos dois polos.

Ao final da década, porém, Orlando parecia pender para outra direção. Referindo-se à categoria de trabalhadoras e trabalhadores do calçado como “companheiros” (MÜLLER..., 1979), Orlando admitia a possibilidade de ganhar politicamente com o “novo sindicalismo”. E os acontecimentos de 1979, em Novo Hamburgo, podem tê-lo ajudado a chegar a essa conclusão.

No dia 4 de setembro daquele ano, 500 trabalhadoras e trabalhadores do calçado pararam as máquinas e se dirigiram à sede do sindicato. A categoria, sem o auxílio ou promoção do STIC-NH, organizou a primeira greve de grande porte da década de 1970 no município. No dia seguinte, em uma assembleia realizada no Ginásio de Esportes Alberto Mosmann, também em Novo Hamburgo, eram mais de três mil trabalhadoras/es. A efervescência política do período e o debate sobre “o sindicalismo que os operários queriam”, estavam se manifestando em uma quadra de esportes.

Menos de quatro anos depois, os “novos sindicalistas” dirigiram o sindicato, mas ainda não tinham força suficiente para derrubar a direção executiva. Foi apenas em 1986, após um processo eleitoral cujas fontes documentais não foram encontradas até aqui, que Orlando Müller deixou a presidência do sindicato, afastando-se da vida pública. Em seu lugar, entraram os “novos sindicalistas”, que permanecem até os dias atuais.

Considerações finais: a memória no sindicalismo hamburguense.

[Betinho] – A mulher [de Rancheirinho] foi e deixou as crianças lá em Porto Alegre, no DOPS. [Ela teria dito:] 'Oh, vocês não deixam meu marido trabalhar, então agora as crianças ficam aqui'. Deixou as crianças lá, virou as costas e foi embora.

[Evandro] – E quando foi isso?

[Betinho] – Ah, eu não tenho certeza disso, foi em 69, 70, 72...

[Evandro] – Ele já tinha saído daqui [de Novo Hamburgo]?

[Betinho] – Sim, porque fez a oposição em 68. Eles foram presos. Bom, eles eram perseguidos direto. Em 86 quando nós ganhamos a eleição do Sindicato, e alguns que saíram da direção, não conseguiam emprego. Até hoje tem uma questão assim. (Carlos Koch, 2016).

O diálogo acima pode relacionar o conto de 1968, apresentado na introdução deste artigo, e as elaborações memorialísticas desenvolvidas pelos “novos” sindicalistas após 1986. De imediato, pondera-se que o conto tenha se tornado parte de um conjunto de justificações simbólicas e concretas que denominam “traidores” os dirigentes sindicais da situação, em 1968. Nesta matriz memorialística haveria uma deslealdade, que cindiu o movimento operário hamburguense em dois grupos. De um lado estavam os que foram “traídos” e

denunciados às autoridades da ditadura, que depois viriam a se redimir junto à História, retomando o sindicato. Do outro estavam os “traidores”, que se mantiveram no poder por muitos anos, mas que, por fim, em 1986, foram destituídos por vias democráticas.

Não deixa de ser curioso que o “pequeno sindicato” fosse, na verdade, sediado por uma estrutura de grande porte, com muitos médicos, advogados e até ambulâncias e ambulatórios. É possível aventar que esse “pequeno” contrasta com uma outra característica atribuída pelos “novos sindicalistas”: as “grandes greves”. Considera-se que, no “enquadramento da memória”, o STIC-NH nas décadas de 1960 e 1970 era pequeno por ser assistencialista. A partir do momento em que essas ações se transformaram em greves “grandes”, foi possível observar um novo enquadramento – o do “grande sindicato”.

É nesse conflito entre personagens discursivamente antagônicos que parecem se estabelecer significações do “bom” e do “mau” sindicalista. No primeiro caso, é possível perceber características como “autênticos”, “combativos”, “politizados”. Já para os “maus” sindicalistas, surgiram denominações como “assistencialistas”, “parados” e, em uma ou outra lembrança, até mesmo “populistas”. Nessa divisão o movimento sindical hamburguense espelha aspectos nacionais do sindicalismo brasileiro, que cindiu a história do movimento operário entre “velho” e “novo” sindicalismo.

Espera-se termos demonstrado que as características atribuídas aos dirigentes do “velho” sindicalismo não estão totalmente equivocadas, mas que o termo empregado tende a deslegitimar uma forma de organização que atendia a certos setores da vida de trabalhadoras e trabalhadores. Mesmo concordando que as entidades sindicais daquele período eram ineficientes na maior parte das suas ações, cooptadas e dirigidas majoritariamente por agentes próximos à ditadura e à classe burguesa, considera-se relevante avaliar que o “enquadramento da memória”, abordado aqui, transcende e atinge a própria classe trabalhadora.

Ao dizer-se que os sindicatos eram dirigidos por “assistencialistas”, é necessário afirmar, também, que no interior das fábricas, nos espaços de lazer e esporte, nos templos religiosos, no espaço jurídico e em tantos outros lugares, a luta de classes era travada e a classe trabalhadora se organizava. Se essa organização não era possível nos sindicatos, ora por repressão, ora por apatia política das entidades, a classe subvertia esse apagamento. Ressalta-se, por fim, que nada do que foi escrito neste artigo pretende diminuir o papel das “novas” organizações sindicais no contexto da redemocratização. Esse fenômeno foi crucial para o fim do regime ditatorial imposto ao Brasil em 1964.

Referências

- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2005.
- ARAÚJO, Carlos. *Companheiros: a hora e a vez dos metalúrgicos de Sorocaba*. São Paulo: Loja de Ideias, 2011.
- FORTES, Alexandre. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- _____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 91-99, 1997.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- DUZENTOS e cinquenta mil para o sindicato. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, p. 7, 30 jan. 1974.
- FRIEDRICH, Níveo. A falta de moradias tornou-se um entrave. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, p. 4, 12 set. 1975.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- LUCIANO, Evandro Machado. *O nascimento dos “velhos”: sindicalismos, sociabilidades e a agência de sapateiros/as na ditadura civil-militar (Novo Hamburgo/RS, 1974-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2019.
- MAGALHÃES, Magna Lima. *Associativismo negro no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.
- MATTOS, Marcelo Badaro. *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício e Leitura, 1998.
- MÜLLER, Orlando. Greve dos sapateiros deve terminar hoje. *Jornal NH*, p. 6, 06 set. 1979.
- NAGASAVA, Heliene Chaves. *“O sindicato que a ditadura queria”: o ministério do trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)*. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

NUNES, Margarete Fagundes. *O negro no mundo alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFSC, Florianópolis, SC, 2009.

_____. et al. “Era um hino de fábrica apitando”: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. *Etnográfica*, v. 17, n. 2, p. 269-291, jun. 2013.

ORLANDO Müller no MDB. Jornal NH, Novo Hamburgo, p.2, 17 jun. 1976.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano; MOSER, Vinícius. Futebol e identidade em Novo Hamburgo nos anos 1920 e 30. In: PUHL, Paula Regina; SARAIVA, Juracy Assmann. (Org.). *Processos culturais e suas manifestações*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 279- 309, out. 2008.

SAUL, Marcos Vinicius de Almeida. *Classe operária e sindicalismo em Novo Hamburgo (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, SC, 1982.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes;

SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. *SESI - 70 anos*. São Paulo: SESI, 2016.

WEBER, Regina. A região metropolitana e as “cidades-operárias”. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

Fontes orais

ANDRADE, Claudio [55 anos]. [jul. 2017]. Entrevistadores: Evandro Machado Luciano e Micaele Irene Scheer. Novo Hamburgo, RS, 15 jul. 2017.

ANDRADE, Gilnei [58 anos]. [fev. 2016]. Entrevistadores: Evandro Machado Luciano e Micaele Irene Scheer. Novo Hamburgo, RS, 22 fev. 2016.

KAYSER, Alba [74 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Evandro Machado Luciano. Novo Hamburgo, RS, 14 jun. 2018.

KOCH, Carlos [65 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Evandro Machado Luciano. Novo Hamburgo, RS, 15 mar. 2016.

RODRIGUES, Éderson [54 anos]. [jul. 2015]. Entrevistador: Evandro Machado Luciano. Novo Hamburgo, RS, 6 jul. 2015.

SILVA, Celomar da [66 anos]. [nov. 2017]. Entrevistadores: Evandro Machado Luciano e Micaele Irene Scheer. Novo Hamburgo, RS, 11 nov. 2017.

Resumo: Este trabalho debate o enquadramento da memória sobre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Calçado de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1986. O artigo aborda a narrativa construída pelo “novo sindicalismo”, que reduziu a totalidade das ações políticas de seus antecessores ao termo “assistencialismo”. Admite-se que este enquadramento influenciou uma análise de que havia pouca ou nenhuma agência operária no íterim destacado, algo que a historiografia vem demonstrando não corresponder às evidências. A partir de pressupostos teórico-metodológicos ancorados na História Oral, este estudo busca se somar às produções sobre Memória e História Social do Trabalho durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. O texto é um desdobramento da minha pesquisa e dissertação, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Palavras-chave: Memória. Sindicato. História Oral. História Social do Trabalho. Ditadura Civil-Militar.

“It was a small union”: the memory framework of the workers’ movement in the Civil-

Military Dictatorship (Novo Hamburgo/RS, Brazil 1964-1986).

Abstract: This paper discusses the memory framework about Workers' Union in the context of the footwear industry of Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, between 1964 and 1986. The article addresses the narrative built by the "new unionism", which reduced the totality of its predecessors' political actions to the term "welfare". It is admitted that this framework influenced an analysis that there was little or no worker's management in the period addressed, which historiography has shown does not correspond to the evidences. Based on theoretical-methodological notions from Oral History, this study seeks to collaborate with the discussion on Memory and Social History of Work during the Civil-Military Dictatorship in Brazil. This text is an outcome of my research and master's dissertation, presented to Programa de Pós-Graduação em História at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Keywords: Memory. Trade Union. Oral History. Social History of Work. Civil-Military Dictatorship.

Recebido em 09/08/20

Aprovado em 24/10/2